

- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 138
29/06/07 a 05/07/07

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Equipe de redação e revisão: **Suzeley Kalil Mathias** (coordenação), **André Cavaller Guzzi** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP –, bolsista FAPESP e redator responsável), **Flávio Augusto Lira Nascimento** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP – e bolsista CAPES), **Felipe dos Santos** (graduando em Relações internacionais – UNESP), **Juliana Alves da Costa** (graduanda em Relações internacionais – UNESP), **Juliana Yumi Aoki** (graduanda em Relações internacionais – UNESP), **Leonardo Ulian Dall Evedove** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP), **Lisandra Crosara** (graduanda em Relações internacionais – UNESP) e **Renata Avelar Giannini** (mestranda em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP – e bolsista CAPES).

Presidente Lula participou da Cúpula do Mercosul

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, participaram da 33ª Reunião de Cúpula do Mercosul. Na Cúpula, foi discutida a criação de um plano conjunto, com medidas de curto, médio e longo prazo para a redução das assimetrias do bloco. O projeto compreenderá a ampliação no acesso a mercados, apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento da produtividade e da competitividade das empresas, eliminação de restrições não-tarifárias ao comércio e diminuição das assimetrias em saúde, educação, segurança e emprego. Outra medida aprovada foi a criação de um fundo de desenvolvimento para pequenas e médias empresas do Mercosul, que ainda deverá ser discutida. As discussões sobre a dupla cobrança das tarifas alfandegárias e a criação de um código aduaneiro comum, foram postergadas para dezembro. Além das reuniões da Cúpula, o presidente Lula reuniu-se com os

presidentes Nicanor Duarte Frutos, do Paraguai, Néstor Kirchner, da Argentina e Michelle Bachelet, do Chile. O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, não pode comparecer, pois estava em viagem à Rússia discutindo a assinatura de um tratado de cooperação econômico e militar entre os dois países e enviou o vice-presidente, Jorge Rodríguez à reunião. O chanceler brasileiro, Celso Amorim declarou que a ausência de Chávez indica a definição de prioridades por parte da Venezuela. Ramírez, por sua vez, afirmou que a ausência de Chávez não significou falta de vontade do país em se tornar membro do bloco sul-americano. O Mercosul tem sido contestado por seus membros, principalmente por parte dos membros menores, que querem que Brasil e Argentina se engajem para diminuir as assimetrias do bloco. A Cúpula marcou ainda, a transferência da presidência do bloco, de Paraguai para o Uruguai, pelos próximos seis meses (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 30/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 29/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 30/06/2007; O Globo – Economia – 29/06/2007).

Paraguai veta aumento da Tarifa Externa Comum do Mercosul

A decisão da Câmara do Comércio Exterior do Brasil (Camex) de elevar a Tarifa Externa Comum (TEC) nos setores de confecções e calçados, dos atuais 16% para 35%, foi vetada pelo Paraguai. Segundo o ministro paraguaio das Relações Exteriores, Rubén Ramírez Lezcano, a medida deverá ser discutida entre empresários dos dois países, para que possa atender aos interesses de ambos. O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, e o presidente paraguaio, Nicanor Duarte Frutos, encontraram-se por ocasião da 33ª Reunião de Cúpula do Mercosul, mas segundo o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, eles não conversaram sobre o assunto, que, de acordo com o chanceler, deve ser resolvido no Conselho do Mercado Comum (CMC). Amorim declarou que a decisão paraguaia não é irreversível e afirmou haver a possibilidade de se acatar outras reivindicações do Paraguai, para que haja a aprovação. O objetivo do aumento da TEC é diminuir a entrada de calçados e têxteis chineses nos países do Mercosul, especialmente no Brasil, cuja indústria é severamente prejudicada. Como a medida afeta a todos os membros do bloco, a decisão deve ser consensual entre os quatro membros plenos. Caso o Paraguai mantenha o veto, ela só poderá ser colocada em prática após a próxima reunião do CMC no final do ano (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 29/06/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 30/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 29/06/2007; O Globo – Economia – 29/06/2007; O Globo – Economia – 30/06/2007).

EUA eliminam benefícios comerciais ao Brasil em três de seus produtos

O Brasil teve revogada a medida que lhe concedia benefícios comerciais para a exportação de três de seus produtos para os Estados Unidos (EUA). Os produtos em questão são freios para veículos, peças para fabricação dos mesmos e ferrozircônio. No período referente aos 10 primeiros meses de 2006, essas exportações renderam ao Brasil mais de US\$ 240 milhões, e agora passarão a sofrer tarifação em torno de 2,5% a 4,2%. Outros países que tiveram produtos retirados do Sistema Geral de Preferências (SGP) foram Filipinas, Índia, Tailândia e Venezuela. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) declarou-se surpresa com a medida. A Fiesp acredita que a medida tenha sido tomada como retaliação à recente quebra de patente do medicamento anti-AIDS, Efavirenz, e a recente reunião do G4, para discutir a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio. Os Estados Unidos culpam Brasil e Índia pela não conclusão do acordo. Em nota da representante comercial norte-americana, Susan Schwab, foi dito que a exclusão desses produtos reflete lei do Congresso dos EUA, adotada desde 2006, que visa tornar o SGP um instrumento de desenvolvimento dos países mais pobres. O mecanismo prevê isenção de exportação de produtos que não superem US\$ 125 milhões, podendo ser ampliada com o aval do presidente dos Estados Unidos (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 29/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 29/06/2007).

Brasil e Argentina pedem maior fornecimento de gás boliviano

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, e o presidente argentino, Néstor Kirchner, uniram-se para cobrar do presidente boliviano, Evo Morales, durante a Cúpula do Mercosul, um aumento na exportação de gás para seus respectivos países. O aumento da demanda interna na Bolívia colocou em questão se o país será capaz de manter seus contratos. Em entrevista realizada no dia 25 de junho, no Palácio Quemado, em La Paz, Morales afirmou que a Bolívia tem capacidade para suprir as demandas brasileira e argentina de gás natural, mas será difícil cumprir a demanda máxima do Brasil de 30 milhões de metros cúbicos ao dia. O presidente Lula, pretende falar com Evo, sobre a multa cobrada à Petrobrás pela Bolívia. O governo de Morales acusa a estatal brasileira de exportar irregularmente petróleo boliviano, e exige o pagamento de multa de US\$ 197 milhões, valor superior ao da venda das refinarias vendidas recentemente pelo Brasil ao país andino. Em resposta a crítica realizada pelo presidente brasileiro, Luís Inácio Lula da Silva, em relação à nacionalização das petroleiras da Petrobrás localizadas na Bolívia, Evo Morales afirmou na entrevista do dia 25, que Lula deveria pensar também na Bolívia, e não só no Brasil, em assuntos relacionados a combustíveis fósseis, pois, estes pertencem à Bolívia e a nacionalização das petroleiras era uma obrigação do governo boliviano de corrigir um mau negócio anterior. Morales afirmou também que reconhece a liderança de

Lula na região, e que sua amizade com o presidente brasileiro é uma colaboração muito importante para o bom relacionamento entre os dois países, inclusive no que diz respeito às negociações com a Petrobrás, com quem ele considera ter um relacionamento difícil (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 30/06/2007; Folha de S. Paulo – Mundo – 01/07/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 29/06/2007).

Brasil retomará acordos para construção de Angra 3

O Brasil deverá retomar acordos com empresas estrangeiras, para continuar as obras da usina nuclear Angra 3. O investimento em equipamento comprado no exterior, deverá ser na ordem de 30%, e já está sendo negociado com a empresa francesa Areva. Cerca de 5 mil toneladas de equipamentos, comprados na década de 80 da Alemanha, também deverão ser utilizados. Os contratos com a Alemanha foram firmados em 1975, mas pressões internas contra a energia nuclear, e recentes problemas em duas usinas alemãs, podem interferir negativamente na retomada de um tratado de cooperação entre os dois países nessa área. Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil propôs ao governo da Alemanha a retomada do acordo de 1975, com uma ampliação para a inserção de capítulos sobre fontes renováveis de energia, como por exemplo, um compromisso que estipule a introdução de tecnologias de biocombustíveis no país europeu, desejo compartilhado pelo Ministério do Meio Ambiente alemão, e, incentivos para que empresas privadas realizem investimentos no setor de biocombustíveis no Brasil. De acordo com o Itamaraty, o objetivo principal do acordo é garantir a cooperação dos alemães no fornecimento de tecnologias para manter a segurança das usinas nucleares, além de tornar o uso dessa energia mais eficiente no país. No entanto, o Itamaraty reconheceu que o governo alemão ainda não se decidiu sobre a aceitação ou não do acordo. Tal indecisão deve-se a resistência do governo alemão à aprovar acordos nucleares com outros países, influência do ex-chanceler Gerhard Schroeder, em cujo governo foi aprovado o encerramento gradual das atividades das usinas nucleares da Alemanha, e, a dúvidas em relação ao impacto ambiental ocasionado pela produção de biocombustíveis. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 02/07/2007; O Globo – Economia – 29/06/2007; O Globo – Economia – 29/06/2007).

Lula coloca o Mercosul como forma de superar assimetrias globais

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, enfatizou em seu discurso na da 33ª Reunião de Cúpula do Mercosul a necessidade do bloco aprofundar parcerias com outros países e blocos. Segundo o presidente, as dificuldades em concluir a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), evidenciaram as assimetrias da globalização, e colocou o Mercosul como instrumento de inserção de seus membros no fluxo de comércio e investimento mundial. O discurso de

Lula se segue ao fracasso em concluir a Rodada Doha, na última reunião do G4, na qual Brasil e Índia foram acusados de intransigência. No entanto, segundo o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o posicionamento brasileiro nas negociações recebeu apoio de todos os membros do Mercosul. A presidente chilena Michelle Bachelet, também reafirmou o apoio de seu país ao posicionamento brasileiro nas negociações. O Chile havia formado junto à México, Colômbia e Costa Rica, além de países asiáticos um novo grupo de negociações com proposta diferente da brasileira e do G20. Porém, em conversa privada com Lula, antes da Cúpula, Bachelet decidiu-se por alterar seu posicionamento, à favor do Brasil (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 30/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 30/06/2007).

Brasil e EUA se desentendem quanto à pirataria

Durante reunião realizada na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Brasil e Estados Unidos criticaram-se mutuamente. O membro do departamento da repressão ao contrabando da Receita Federal, Mauro de Brito, reclamou da falta de cooperação dos norte-americanos com relação à troca de informações, que só ocorreria em grandes operações. O representante do USTR, o americano Christopher Wilson, por sua vez acusou o Brasil de causar confusão com seu posicionamento a respeito da pirataria. Segundo ele, ao mesmo tempo em que promove eventos contra a pirataria, o país questiona a importância da propriedade intelectual para seu desenvolvimento, citando a posição brasileira recente na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi). A medida provisória recém-aprovada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que gerou um sistema de tributação diferenciado na região da fronteira entre Brasil e Paraguai, e que foi criticado por, segundo membros da indústria nacional, facilitar o contrabando, não foi citada no evento (Folha de S. Paulo – 30/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 30/06/2007; O Globo – Economia – 30/06/2007).

Portugal adiantou que Rodada Doha não será discutida em reunião

No dia 1º de julho, Portugal assumiu pela terceira vez a presidência de turno da União Européia (UE) e já advertiu que a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) não estará na agenda da primeira cúpula UE/Brasil que se realizará no dia 4 de julho em Lisboa, Portugal. Com essa reunião, o Brasil tornar-se-á efetivamente um parceiro estratégico da EU, o que para a embaixadora do Brasil na União Européia é muito importante, pois, com isso, nas palavras da embaixadora, "o Brasil entra no mapa europeu ao menos uma vez por ano para falar do que quiser, por meio de um diálogo institucional de alto nível". (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 01/07/2007).

Deputado mostrou-se preocupado com a agenda bilateral de Brasil e Bolívia

Após retornar de uma viagem à Bolívia feita em companhia dos deputados Ruy Pauletti, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e Dr. Rosinha, do Partido dos Trabalhadores (PT) para tratar de questões envolvendo os brasileiros que vivem na Bolívia em situação irregular, o deputado federal Raul Jungmann, do Partido Popular Socialista (PPS), mostrou-se preocupado com a complexidade e o alto grau de conflito da agenda bilateral, cujos problemas, segundo ele, vão muito além da crise entre o governo boliviano e a Petrobrás, como exemplo, o deputado cita a construção das hidrelétricas do Rio Madeira, que de acordo com Jungmann, tem potencial para transformar-se num contencioso similar ao que opõe Uruguai e Argentina no caso das papeleras; além, do tráfico de cocaína para o Brasil. De acordo com o deputado, há pendências em todos os pontos da agenda entre os dois países e nenhum comando ou orientação clara por parte do Itamaraty (O Globo – O País – 01/07/2007).

Chávez reafirma ameaça de tirar seu país do Mercosul

Durante visita oficial a Teerã, no Irã, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, reafirmou sua disposição de retirar o pedido de ingresso de seu país no Mercosul. Pois, segundo ele, seu país não irá se submeter às direitas da América Latina, em alusão à necessidade da entrada do país no bloco ainda ser aprovada pelos parlamentos do Brasil e do Paraguai. Chávez voltou a criticar o que chamou de "modelo neoliberal e de concorrência feroz" do Mercosul. Segundo o presidente venezuelano, se seu país não for aceito no Mercosul até o mês de setembro de 2007, sua candidatura será retirada. No Brasil, o ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, afirmou que não aceita o ultimato dado por Chávez, pois, segundo ele, país nenhum impõe prazos desse tipo a outro. No Paraguai, nesta quarta-feira, dia 04, a chancelaria apresentou uma carta por escrito e a encaminhou ao Congresso do país, pedindo que a Casa aprove o mais rapidamente possível o ingresso da Venezuela no bloco. Em Portugal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que não se deve interpretar as afirmações de Chávez sem se considerar o momento em que as perguntas foram feitas, ressaltando a importância do diálogo, mas também afirmou que, caso a Venezuela não esteja satisfeita com o bloco e suas políticas, é livre para sair a qualquer momento. O presidente argentino Nestor Kirchner, por sua vez, maior incentivador da entrada da Venezuela no bloco, afirmou que tem interesse na entrada deste país, todavia respeita os trâmites internos dos demais países do Mercosul. Apesar da posição Argentina, o Uruguai, que aprovou a entrada da Venezuela em novembro, tem se mostrado cada vez mais contrário à entrada de Chavez. Julio García Montoya, embaixador da Venezuela em Brasília, propôs nesta quarta-feira, dia 04, uma visita de deputados venezuelanos ao Congresso brasileiro para diminuir as tensões decorrentes do discurso de Chávez. A Presidência da Câmara dos Deputados do Brasil deverá enviar o documento nos próximos dias à Comissão de Relações Exteriores, onde começará uma longa

tramitação e que, no entanto, inevitavelmente consumirá os três meses estipulados por Chávez (Folha de S. Paulo – Mundo – 02/07/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 03/07/2007; Folha de S. Paulo – Brasil – 04/07/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 04/07/2007; Folha de S. Paulo – Mundo – 04/07/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 03/07/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 04/07/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 05/07/2007; O Globo – Economia – 02/07/2007; O Globo – Economia – 04/07/2007).

UE e Brasil discutem parceria estratégica

Após o suposto fracasso da reunião da Potsdam para destravar as negociações da Rodada de Doha, União Européia e Brasil iniciaram no dia 03 de junho aquilo que poderá se tornar uma parceria estratégica. Atualmente já contam com esse tipo de relação com a UE a China e a Índia, e a parceria que poderá ser estabelecida com o Brasil abrangerá a cooperação para o desenvolvimento de biocombustíveis, não-proliferação nuclear e incremento de investimentos mútuos, dentre outros temas. Nesta quarta-feira, dia 04, José Manuel Durão Barroso, presidente da Comissão Européia, afirmou que o Brasil é um “parceiro estratégico” do bloco, e que a União Européia reconhece a qualidade do Brasil como ator essencial para entrar no restrito clube de seus parceiros estratégicos (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 03/07/07; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 05/07/07; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 03/07/07; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 04/07/07; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 04/07/07).

Lula declara que não recuará na Rodada Doha

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que caso não haja flexibilização no posicionamento de Estados Unidos (EUA) e União Européia (UE), não haverá acordo. O presidente se referia às negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), que foram interrompidas recentemente. Segundo Lula, os países desenvolvidos cobraram abertura de 50% nos mercados de bens industriais dos países emergentes do G-20, grupo de países em desenvolvimento liderado por Brasil e Índia, sem, no entanto, oferecer abertura suficiente em seus mercados agrícolas aos emergentes. Lula citou os EUA, que não quiseram diminuir os subsídios fornecidos anualmente à seus produtores agrícolas, além dos US\$ 17 bilhões, quando a reivindicação do G-20 era de algo próximo dos US\$ 12 bilhões. Segundo Lula, é inviável que se mantenha a relação entre países desenvolvidos e emergentes, nas condições que ocorreram no século 20. O presidente brasileiro relatou uma conversa por telefone com o ex-primeiro ministro britânico, Tony Blair, na qual teria afirmado que mantidos os mesmos termos de negociação pelos europeus, não haverá acordo. Segundo o presidente, esse posicionamento se manterá na viagem que fará à Europa, no próximo dia 04 de julho, para discutir a possível retomada das negociações. O presidente da

OMC, Pascal Lamy, e o Secretário Geral da ONU lamentaram a rigidez dos principais negociadores da reunião de Potsdam, e disseram que um acordo seria possível se as partes fizessem pequenas concessões. No dia 03 de julho, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil manifestou que sua prioridade em assuntos comerciais continua sendo a Rodada de Doha. Além disso, a tentativa argentina de promover uma declaração conjunta dos países do G-20 em apoio à postura brasileira de não aceitar as ofertas de EUA e UE quanto à liberalização comercial não encontrou respaldo naquele grupo. O ocorrido deveu-se a divergências entre membros do G-20. Nesta quarta-feira, dia 09, o comissário europeu do comércio, Peter Mandelson, afirmou, durante almoço entre empresários brasileiros e europeus, que a Rodada Doha é crucial para o Brasil. Mais cedo, no mesmo dia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o Brasil poderia ser “mais flexível” nas negociações (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 29/06/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 04/07/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 29/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 03/07/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 04/07/2007; O Globo – Economia – 29/06/2007).

Senado brasileiro veta acordos com Venezuela e esta volta a criticá-lo

O ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou que espera uma palavra “simpática” com relação ao Congresso brasileiro, do presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Amorim, que se encontrava em Assunção para a 33ª Reunião de Cúpula do Mercosul, ressaltou que o Congresso foi eleito legitimamente e que boa vontade de ambos os lados será positiva. A declaração do chanceler brasileiro, foi dada no mesmo dia em que os partidos da oposição na Câmara, vetaram dois acordos com a Venezuela. Em resposta, o vice-chanceler venezuelano para a América Latina e o Caribe, Rodolfo Sanz e o ministro das Finanças da Venezuela, Rodrigo Cabezas se pronunciaram. Cabezas afirmou que Chávez não devia desculpas, pois não houve ofensa e acusou o Senado do Brasil de interferir na soberania venezuelana, ao se posicionar contrariamente ao fechamento da emissora RCTV. Sanz, por sua vez, disse que o Congresso brasileiro estaria sendo influenciado por grupos econômicos e criticou a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo ele, a CNI estaria interessada apenas em maximizar seus lucros. A última declaração se deve a um estudo preparado pela associação, que mostra que caso a adesão plena da Venezuela ao Mercosul seja aprovada, o país desfrutará do livre-mercado, sem no entanto dar garantias de diminuir suas tarifas de importação. Sanz prosseguiu afirmando que o processo de abertura deverá ser gradual e que não serão aceitas pressões de grupos empresariais, que acusou de serem inimigos do Mercosul. Já durante a Cúpula, o vice-presidente venezuelano, Jorge Rodríguez, reiterou as críticas dos ministros e cobrou dos congressos de Brasil e Paraguai a aprovação do protocolo de adesão de seu país ao bloco sul-americano. O ministro das Relações Exteriores paraguaio, Rubén Ramírez Lezcano, respondeu que é fundamental que

a Venezuela incorpore todos os elementos do Tratado de Assunção, além do programa de eliminação de tarifas na área de livre-comércio, exatamente um dos pontos que geraram polemica com relação ao estudo da CNI (Folha de S. Paulo – Mundo – 29/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 29/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 30/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 03/07/2007; O Globo – Economia – 29/06/2007).

ONU cobra redução na emissão de CO2 de países em desenvolvimento

Depois do relatório emitido no dia 1º de julho, que aponta para a paridade em emissão de CO2 entre Brasil, China, Índia e países desenvolvidos, o Secretário-Geral da organização, Ban-Ki-Moon, cobrou dos países em desenvolvimento que trabalhem na redução de emissão desse gás. A posição dos mesmos permanece assentada no ponto de vista de que as reduções lesariam seu desenvolvimento nacional. (O Estado de S. Paulo – Vida & – 03/07/07).

Presidente Lula responsabiliza EUA pela alta da moeda brasileira

A valorização do Real frente ao Dólar, que tem trazido reclamações de diversos representantes da classe industrial brasileira com a queda da competitividade de seus produtos, motivou declarações do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, a um número de trabalhadores da fábrica da Scania no Brasil. Segundo Lula, o governo não tem culpa sobre o *déficit* orçamentário dos Estados Unidos que estaria causando a alta da moeda brasileira de acordo com seu ponto de vista. O presidente afirmou ainda que muitos pensam de acordo com sua posição, mas pelo tamanho e força do país do norte, poucos a exteriorizam (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 03/07/2007).

ONU publica relatório sobre o crescimento econômico da América Latina

Segundo relatório publicado pela ONU e pelo FMI, o crescimento econômico de Brasil e demais países da América Latina superará expectativas traçadas anteriormente. Os dados do relatório atual foram baseados em dados colhidos no primeiro semestre de 2007, que revelou um crescimento acima do esperado. A taxa de crescimento prevista anteriormente para toda a América Latina era de 4,2% ao ano, sendo que os dados atuais acusam a taxa de 4,8%. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 03/07/2007).

Brasileiros protestam na chegada de Lula a Portugal

Cerca de 30 dentistas brasileiros se reuniram para protestar em frente ao hotel no qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está hospedado, em Lisboa. Ao chegar, o presidente seria recebido pelos profissionais que reclamam do não-reconhecimento do diploma brasileiro de odontologia em Portugal e pela não-permissão, decorrente disso, de trabalho na área. A polícia portuguesa impediu o protesto. O exame de equivalência, segundo os profissionais, é feito em universidades portuguesas e, segundo um dos dentistas presentes na manifestação, é constituído de muitas questões a serem respondidas em muito pouco tempo. Em contrapartida, dentistas portugueses recebem uma permissão para trabalho no Brasil até que sejam equivalidos seus diplomas, algo que não ocorre em Portugal em relação aos brasileiros, que ficam na ilegalidade profissional até mudarem a situação de seus certificados. A associação dos imigrantes Casa do Brasil faria, no mesmo dia, em frente ao local de reuniões entre o presidente Lula e os representantes da União Européia, protestos pela regularização dos imigrantes ilegais na Europa, dentre outras exigências (Folha de S. Paulo – Brasil – 04/07/2007; Folha de S. Paulo – Educação – 04/07/2007; Folha de S. Paulo – Mundo – 04/07/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 04/07/2007).

Brasil planeja elevar tarifa de importação de calçados chineses

O Brasil se dispôs a aumentar, de forma unilateral, a tarifa de importação de calçados provenientes da China, temporariamente, caso o Uruguai e o Paraguai não concordem com o aumento da Tarifa Externa Comum (TEC). O Paraguai exige maiores explicações sobre o impacto da medida nas indústrias e o Uruguai afirmou que já tomou medidas para socorrer suas indústrias nacionais, o que o faria proteger duplamente esse setor no país caso adotasse a TEC. O Brasil disse estar disposto a aumentar a tarifa dos calçados chineses em 35%, já que a tarifa de 20% que é atualmente aplicada a tais produtos pelo bloco não é o bastante para diminuir o efeito da competitividade dos produtos asiáticos. Para fins de esclarecimento, os países discutirão a questão em Assunção na próxima segunda-feira, dia 9 (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 04/07/2007).

Comércio entre UE e Brasil alcança € 43.9 bilhões em 2006

A Comissão Européia anunciou que o comércio entre a União Européia (UE) e o Brasil alcançou a cifra de 43,9 bilhões de euros em 2006. A União Européia se constitui no maior sócio do Brasil; em 2005, o bloco absorveu 23,4% das exportações brasileiras, além de 25,9% das importações. As matérias-primas, mormente bens agrícola, corresponderam, em 2005, a 63,2% das exportações brasileiras para a UE, enquanto que 88% dos bens importados pelo Brasil da União Européia eram manufaturados (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 04/07/2007).

Petrobrás e Galp anunciam acordo

A empresa Portuguesa Galp Energia e a estatal brasileira Petrobrás assinaram um acordo em Lisboa, que visa a produção de 600 mil toneladas de óleos vegetais anualmente no Brasil. O biodiesel resultante seria distribuído no mercado europeu. Será criada uma sociedade, segundo um comunicado da Petrobrás, na qual cada empresa terá 50% de participação. Trezentas mil toneladas de óleos vegetais serão processadas pela Galp em suas refinarias e as outras 300 mil toneladas serão encaminhadas à produção de biodiesel. Este acordo é decorrente de um memorando de entendimento que havia sido assinado pelas duas empresas em maio, na capital portuguesa (Folha – Dinheiro – 03/07/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 04/07/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 04/07/2007).

Câmara aprova PEC que restitui cidadania automática

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira, dia 03, a Proposta de Emenda à Constituição 272/00, do Senado, que dá aos filhos de brasileiros nascidos no exterior o direito de serem registrados em consulados ou embaixadas como brasileiros natos. A nacionalidade automática, portanto, é restituída pela primeira vez desde 1994, quando cessou de existir devido a uma falha na revisão constitucional (O Estado de S. Paulo – Nacional – 04/07/07; O Globo – O País – 04/07/07).

Equador ameaça confiscar contratos e ativos da Petrobrás

O governo equatoriano ameaçou a Petrobrás de confisco de seus ativos e contratos no país, segundo um comunicado do governo local nesta terça-feira, dia 03. O Equador questiona a transferência de 40% de suas operações locais para a empresa japonesa Teikoku Oil, além de uma suposta exploração ilegal de uma jazida disputada pela empresa estatal Petroecuador. A estatal brasileira ainda não se pronunciou oficialmente, mas um dirigente afirmou que ela não perpetrou nenhum ato ilegal (O Globo – Economia – 04/07/07).

Brasil enviará mais eletricidade à Argentina

A pedido do presidente argentino Nestor Kirchner, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, autorizou o aumento do volume de energia enviado à Argentina, além de autorizar o governo boliviano a enviar parte do gás enviado ao Brasil ao país vizinho que poderá enfrentar uma crise energética em razão do frio da estação. A partir do dia 05 o sistema brasileiro enviará cerca de 800 megawatts (MW) médios

para o país vizinho. A perspectiva é que este volume aumente ainda mais, atingindo 1.030 MW médios, o máximo permitido pelo sistema de transmissão. Os detalhes da operação foram definidos em reunião no Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), tendo participado do encontro representantes dos governos brasileiro e argentino, da Petrobrás, Cien e Cammesa, a secretaria argentina de energia. As negociações, todavia, foram iniciadas há cerca de uma semana quando uma comitiva brasileira desembarcou na Argentina para avaliar as bases do acordo. O grupo era formado pelo ONS, Ministério de Minas e Energia e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A energia repassada à Argentina virá de usinas térmicas do Sul do Brasil, que não estão sendo utilizadas. O aumento no repasse de energia ficará em vigor até o final de agosto. (Folha de S. Paulo – Mundo – 05/07/2004; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 05/07/2007; O Globo – Economia – 04/07/2007).

UE dá sinais de restrições ao etanol brasileiro

Durante a cúpula empresarial Brasil-União Européia, os europeus indicaram que estão dispostos a impor barreiras não-tarifárias ao etanol brasileiro uma vez que defendem a necessidade de haver um processo de certificação das empresas produtoras de álcool. Além disso, argumentaram sobre o risco de que o cultivo de cana-de-açúcar para produzir etanol possa ocupar a Amazônia ou reduzir a área para a produção de alimentos. Representantes do setor sucroalcooleiro reagiram à pressão européia, argumentando que os países desenvolvidos não questionam as condições sociais ou ambientais da produção do petróleo em países como Nigéria ou Iraque (Folha de S. Paulo – Brasil – 05/07/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 05/07/2007).

Brasil pode elevar taxa para calçados e têxteis sem acordo no Mercosul

O Brasil está disposto a elevar unilateralmente, de forma temporária, a tarifa de importação de confecções e calçados oriundos da China para 35% caso Paraguai e Uruguai não concordarem com o aumento da Tarifa Externa Comum (TEC), adotada pelos membros do Mercosul. Os dois países, por motivos diferentes, posicionaram-se contra o aumento na reunião de cúpula do bloco econômico. Embora a elevação da TEC tenha sido aprovada pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), faz-se necessário consenso entre os países do Mercosul. Os dois países, Paraguai e Uruguai pediram maior tempo antes que se introduzisse a nova medida para que possam avaliar as conseqüências para suas indústrias locais. Atualmente, têxteis e calçados chineses pagam uma tarifa de 20% para entrar em algum dos quatro países do Mercosul. Apesar disso, os produtos da China são mais competitivos do que os brasileiros, o que levou o governo a aprovar essa elevação da TEC a pedido da indústria. O aumento da tarifa significaria também o aumento da competitividade nos países do bloco, dado a



ausência de uma taxa nas vendas brasileiras aos vizinhos do bloco. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 05/07/2007)

Brasil e UE insistirão na volta da Rodada Doha

Na reunião realizada entre Brasil e União Européia no último dia 04, decidiu-se que o país sul americano e o bloco europeu insistirão para que se chegue um acordo na Rodada de Doha. Para os representantes reunidos, ambas as partes em negociação, ou seja, os países em desenvolvimento e os desenvolvidos não apresentaram boas propostas e que, por essa razão, devem-se reunir uma vez mais para negociar a flexibilização das propostas de ambos os lados. Apesar disso, o comissário de Comércio Exterior da União Européia, o britânico Peter Mandelson, afirmou que a proposta européia deve ter sido lida “de cabeça para baixo”, em resposta às críticas de Lula de que o bloco não havia feito uma proposta convincente (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 05/07/2007).